



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 20
MANDATO 2009/2013

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e doze, pelas vinte e duas horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia: -----

ORDEM DO DIA -----

1. Discussão e aprovação da ata da reunião do dia 2012-04-27; -----

2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---

2.1 Proposta de reconhecimento oficial da Bugiada como património imaterial de interesse municipal; -----

2.2 Proposta de alteração dos estatutos da Associação de Municípios LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Resíduos do Grande Porto; -----

2.3 Contrato Emprego Inserção – Ano letivo 2012/2013 – Autorização para assunção de encargos plurianuais; -----

3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, e seu substituto, para representar o concelho no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado do Vale, Arménio Pedro Almeida Reis Silva, José Joaquim da Silva Miranda, Luísa Maria Correia de Oliveira, João Ruas Moreira e José Pedro Paupério Martins Panzina. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Alexandre Manuel da Silva Teixeira, António Alves do Vale, Eduardo Filipe Monteiro Tavares Dias, Ilídio José Teixeira Lobão e João Loureiro de Castro Neves tendo sido substituídos, respetivamente, por José Eduardo Brandão Pereira Ivo Vale das Neves, Daniel Torres Gonçalves, Paulo da Rocha Gomes e José Manuel Pereira. ----

Verificou-se a falta do Membro José Joaquim Moutinho Araújo, não tendo sido substituído, apresentou posteriormente a respetiva justificação de falta. -

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

disse que o senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernando Melo, pediu-lhe para transmitir à Assembleia que, por problemas de saúde teve que cessar a sua atividade na Câmara, solicitando que transmitisse a todos os elementos da Assembleia Municipal que foi um prazer trabalhar com a Instituição. Teve pena da sua saúde não permitir que continuasse em funções até ao fim do mandato, como era sua intenção relevando que também não lhe era possível estar hoje, nesta Assembleia, para desejar felicidades a todos os Membros. -- De seguida deu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir no Período destinado à **Intervenção do Público** -----

O Senhor **Munícipe Celestino Neves** disse que queria colocar ao senhor Presidente uma questão que se relaciona com o Departamento do Urbanismo da Câmara, dividindo a pergunta em quatro alíneas: -----

Primeira se o senhor Presidente sabe que o Diretor do Urbanismo foi condenado, em primeira instância, a uma pena de prisão superior a três anos, que está em recurso, por corrupção passiva no exercício das suas funções? -----

Segunda se teve conhecimento, e se tem uma opinião sobre o assunto, da delegação de competências que apesar disso recebeu do novo Presidente? -

Terceira do ponto de vista do cidadão comum que tem necessidade de tratar de um assunto, ou de contactar com aquele Departamento, como imagina o senhor Presidente que seja o grau de confiança com que o faz à luz dessa situação. -----

Por último a ser verdade que antes do referido julgamento o senhor Diretor do Departamento do Urbanismo colocou o lugar à disposição, se não acha que após a referida condenação essa possibilidade não deveria ter sido de novo considerada e aceite? -----

Terminou, dizendo que, obviamente e até julgamento final - trânsito em julgado - todos são inocentes e não está a acusar rigorosamente ninguém; está a constatar um facto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal João Paulo Rodrigues Baltazar** em resposta ao que o senhor Celestino Neves lhe perguntou: *se ele tinha conhecimento*, disse: "devo dizer-lhe que não tenho conhecimento formal, porque não fui notificado de nada, nem eu, nem a Câmara Municipal". Sobre a outra questão colocada: *se tem conhecimento dos despachos que fez*, respondeu que, tem conhecimento -----

Quanto ao resto da intervenção *sobre questões dos munícipes e qual é o estado de espírito dos munícipes*, respondeu que, "até ao momento, não fizeram nenhum inquérito e portanto não consegue saber". -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** disse, como Presidente da Mesa que, as questões colocadas eram destinadas mais para a Câmara responder, esclarecendo que pessoalmente nem sabia da condenação em análise, nem sabe se há recurso *tomando agora conhecimento da situação*. -----

De seguida deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

intervir neste período de Antes da Ordem do Dia-----

A senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a leitura de um documento que se anexa à presente ata como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte do Aido** disse que gostaria de formular uma pergunta para que a Câmara pudesse responder. Em seu entender, a Deputada Rosa Maria que o antecedeu, elencou uma série de prémios de boas práticas que já estavam habituados a ouvir. A sua pergunta vem mais ou menos no encalce dessas boas práticas!-----

Perguntava à Câmara se agora, com o novo Presidente, essas boas práticas vão continuar. -----

E continuou: por volta de 2009, entrou um processo na Câmara - daquelas tricas entre vizinhos - em que, um deles acaba por denunciar o outro, por causa da existência de um pombal. -----

Um pombal - há quem lhe chame um recuado - mas que é uma construção de um primeiro andar em cima de uns anexos, onde vivem centenas de pombas. Isso foi denunciado em 2009 e, o dito processo, só dava mais um passito quando o munícipe, que se sentia lesado, vinha à Câmara protestar. - Há um ano e tal foi decretada pela Câmara, depois de muitas démarches, a posse administrativa do referido pombal, porque consideraram os técnicos que *era uma construção ilegal, além das pombas estarem também numa situação ilegal, ou seja não respeitavam os respetivos regulamentos*. -----

Há pouco tempo o Vice-presidente, agora Presidente, despachou no sentido de mandar aquilo para o teto, e terá dito: - *Calma aí, isso não é para demolir, porque iremos ver se vamos juntar os pombais todos*. Referiu que o munícipe lesado vai continuar a ter a sua casa e a sua vida estragadas porque a Câmara é inoperante. -----

Depois de uma posse administrativa gera-se no munícipe ofendido, e nos outros munícipes, um direito potestativo que ninguém pode retirar, e que dá ao munícipe - caso a Câmara continue com a sua inoperância - o poder de executar a decisão da posse administrativa levando o caso a Tribunal para que seja feita a demolição respetiva. -----

O Vice-presidente fez aquilo que nunca pode acontecer: *suspender uma coisa que não pode nunca ser suspensa*. E a questão é tanto mais grave quando numa das sessões que tiveram, o Presidente de Junta de Alfena reclamava um espaço para uma instituição poder assentar arraiais e exercer o seu objeto, o que é que acontece? É que evidentemente não há espaço. Porém, todos nós sabemos que há um espaço público cedido, à Associação Columbófila de Alfena. -----

A questão coloca-se: as boas práticas vão continuar e a Câmara vai deixar utilizar a quem deseja fazer algo de bom pelas comunidades ou entrega espaços que, e conforme o despacho dizia: *está a ser feito um levantamento - dando a entender que todas essas construções e pombais estão ilegais?* ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Mas, se estão ilegais como é que a Câmara cede um espaço para uma Associação de quem, poderíamos dizer: está a governar-se na ilegalidade. --- E, para finalizar, disse ainda: há mais de uma semana, na qualidade de advogado, veio à CMV, pedir uma consulta de processo para avançar para Tribunal; voltou mais duas vezes. Na última, teve que dizer: desculpem mas vão ter que me mostrar o processo porque eu tenho direito a consultá-lo. Mandaram-me dizer que ficasse à espera porque me iriam telefonar!----- É neste sentido que pergunto ao Presidente: *as boas práticas vão continuar a existir no Concelho?* -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PS Raquel Alves dos Santos** fez a leitura de um documento que se anexa à presente ata como Doc.2. --- Entregou à Mesa o estudo efetuado a fim do mesmo ser entregue à Câmara Municipal. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que sobre a posição da CDU em relação à substituição do Dr. Fernando Melo pelo Dr. João Paulo Baltazar, lembrava que a CDU tomou uma posição pública na altura e que vai recordar parte dessa posição. ----- *"A substituição nestas circunstâncias de Fernando Melo não corresponde a um novo ciclo, sobretudo de "desenvolvimento e progresso" como foi referido, mas antes confirma o fiasco das políticas em curso. A substituição de Fernando Melo por qualquer outro Vereador em funções não trará nada de melhor na medida em que se perspetiva a insistência nas mesmas opções erradas.* -----

A saída de Fernando Melo representa sobretudo o esgotamento da coligação PSD/CDS e demonstra o fracasso da sua governação concelhia. A ausência de uma estratégia de desenvolvimento do concelho pela coligação e a sua incapacidade em dar a volta à situação de falência a que os próprios, com apoio do PS em opções estratégicas, conduziram Valongo, ficará para a memória como a imagem de marca destes partidos." -----

Quando dizem, *pela mão do PS*, recordam as declarações do seu Líder na última Assembleia Municipal - *Líder que aproveita para felicitar face à sua recente vitória interna no seu partido*. E, como dizia no que toca ao ponto 3.1 *Prestação de contas consolidadas e individuais do município de Valongo do ano 2011*, quando afirma *"Estão à deriva num mar de dívidas, sem nenhuma ideia nem liderança que os mobilize coletivamente para darem a volta à situação, mesmo com a mão dada pelos outros partidos, designadamente o PS"*, quem dá a mão é porque anda de mão dada. -----

"Previsivelmente, a coligação PSD/CDS, perante a necessidade de afirmar publicamente um candidato a Presidente de Câmara nas próximas eleições autárquicas, omitindo o fracasso das suas políticas, desenvolverá até ao final do mandato um esforço de propaganda para branquear os seus erros. Saliente-se que a gestão ruinosa de Valongo não é apenas responsabilidade de Fernando Melo, mas também de todos os eleitos municipais da coligação." Sobre o momento atual do concelho de Valongo pretende tecer algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

considerações. Titula, hoje, o JN *"Os hospitais estão a piorar. Os tempos de resposta aos doentes encaminhados para primeiras consultas no ano passado só um terço dos urgentes teve resposta em um mês, a espera para a cirurgia também aumentou."* -----

Quanto ao Hospital de Valongo, acerca de duas semanas em grande destaque noticiava-se o encerramento noturno das urgências do Hospital de Valongo, dois dias depois aparecia em destaque o novo Presidente da Câmara de Valongo a garantir que não era bem assim, que as urgências já não fechavam. -----

A CDU pediu uma reunião com a administração do Hospital, e ficaram com a ideia que o encerramento é uma questão de prazo. Isto é a completa balburdia nos serviços hospitalares, mas sempre sobre o mesmo objetivo a destruição do Serviço Nacional de Saúde para dar satisfação aos serviços privados que em todos os cantos e esquinas não cessam de abrir. -----

Não encerram as urgências no período noturno no Hospital de Valongo? Falta apenas saber até quando. -----

Panorama escolar com a dificuldade da Câmara de Valongo poder dar resposta devido à sua situação financeira no plano da componente de apoio à família na rede pública da educação pré-escolar no Município, as Juntas de Freguesia mais uma vez tentam garantir esse apoio tão necessário às famílias, substituindo as obrigações de instâncias suas superiores. -----

Nesse quadro aflitivo para as famílias portuguesas o reforço de competências pretendido pelo Governo é a eliminação de freguesias. -----

Sobre o novo Mapa Judiciário, as notícias que lhes foram chegando davam conta do encerramento de serviços importantes no Tribunal de Valongo, e do risco de desaproveitamento no novo edifício do Tribunal, inaugurado apenas há um ano. -----

As últimas informações dão conta de que não era bem assim, e de que os estudos que tinham sido publicados eram apenas estudos piratas, e que na realidade Valongo até vai acabar por ficar com melhores serviços do que os que tinha até aqui. -----

Estudos piratas, é caso para dizer – veja-se bem em que águas navegam os nossos governantes – esperam para ver. -----

Habitação social no Concelho. No dia 19 de abril de 2012 e uma Muniípe deslocou-se a uma reunião pública da Câmara e pediu apoio para a sua situação; a senhora Vereadora Trindade Vale respondeu-lhe que a Câmara estava a fazer tudo o que podia por ela, principalmente em termos de alimentação, mas informou a senhora de *que à frente dela estão 600 pessoas* em fila de espera, e não saberá quando será possível dar-lhe uma resposta. Poucos dias antes tinha vindo no jornal de negócios que, o concelho de Valongo era um dos concelhos em Portugal em que mais casas se tinham entregado à banca. -----

Na última Assembleia Municipal criou-se uma certa confusão por causa de uma moção que se pretendia que fosse entregue recomendada pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assembleia de Freguesia de Campo. -----

Não querendo voltar a discutir o assunto, crê que ficou claro as pretensões e aquilo que cada um pensava sobre o mesmo. *Mas, o que pretendeu no Período Depois da Ordem do Dia, face à interpretação divergente do senhor Presidente da Junta de Campo, foi tentar apresentar a moção em seu nome cumprindo uma vontade da Assembleia de Freguesia de Campo.* -----

Esse direito não lhe foi concedido, foi-lhe negado e considera que foi discriminado nessa Assembleia, pela seguinte razão; diversos deputados se pronunciaram sobre a questão, não está o Deputado Alexandre Teixeira porque ele referiu-se assim – “e a Mesa decidirá mal se decidir de forma contrária” – *portanto não podiam discutir uma moção que não foi apresentada quando deveria ter sido apresentada*; era sua opinião que a moção ia ser apresentada fora de tempo. -----

O Deputado Castro Neves, que não está, disse - “há um período para apresentar moções, foram apresentadas, foi aprovada a sua admissão, agora estão no período de as votar, vamos abrir um precedente grave, e por conseguinte o que há a fazer é seguir em frente, está de acordo com o deputado Alexandre, acabou o período de apresentar as moções” – depois o Dr. Queijo Barbosa termina - “e isso poderia implicar a abertura de um precedente grave”. -----

Acredita, convictamente, que as pessoas não agiram para o prejudicar e que não houve má-fé, mas foi discriminado; lembrava que em 28/12/2010, num processo perfeitamente igual, terminou o Período Antes da Ordem do Dia e foi prorrogado para além da Ordem do Dia, e terminou sem votações das moções apresentadas. No fim da página 7 termina sem votação das moções o Período Antes da Ordem do Dia e começa o Período Depois da Ordem do Dia, na página 21 linha 17 termina a Ordem do Dia, na página 21 linha 18 reinicia-se o Período Antes da Ordem do Dia, na página 22 Daniel Torres Gonçalves fez a leitura de uma moção de homenagem, devem estar recordados, até guardaram um minuto de silêncio. -----

Portanto, num processo totalmente igual, a Mesa permitiu que esse processo se desenvolvesse. Acredita convictamente que ninguém o quis prejudicar, mas foi prejudicado, foi discriminado pela Mesa em relação à Assembleia anterior. -----

De seguida entregou à Mesa os seguintes **documentos**: -----

- **Protesto e Reclamação** anexo à presente ata como **Doc.3**. -----

- **Moção** anexa à presente ata como **Doc.4**. -----

- **Saudação** anexa à presente ata como **Doc.5**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** disse que gostaria de apresentar três assuntos, e obter algumas respostas. -- Antes disso gostaria, e porque não conseguiu reter toda a intervenção da Deputada Rosa Maria, mas percebeu o sentido global da intervenção. Compreende a intervenção, faz sentido, nova liderança, um Presidente de Câmara novo, uma necessidade de mostrar entusiasmo, euforia, o mandato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

já está quase a chegar ao fim, foram quase três anos de falta de capacidade política, liderança apagada, uma Câmara completamente atolada sem soluções, um Município com dívidas que nunca mais acabam. -----

Percebe, é típico dos momentos pós eleitorais, quando se dá umas eleições autárquicas, um novo líder, uma aclamação, tudo vai correr bem, muita fé, vão dar conta do recado. -----

O que acontece é que não é o início do mandato, é o final do mandato, o tempo aperta, e vê como é que no ano, no único ano, que é o ano que falta para terminar o mandato se vai conseguir apagar a desgraça que foram os três anteriores. -----

Podem tentar fazer apologias de novas lideranças, uma nova mentalidade, um novo ciclo de políticas, mas de facto isso não vai ser possível, porque por mais que queiram acreditar na mudança é uma evolução na continuidade, não vão esperar que no prazo de um ano haja uma reviravolta que permita que num ano se apaguem 18 anos de políticas que levaram o Concelho à situação que está, que nem vale a pena falar porque é sobejamente conhecida de todos. -----

Registou a determinada altura da intervenção da deputada Rosa Maria que disse qualquer coisa do género – o município de Valongo (naquela questão concreta do Mapa Judiciário) por ação dos seus Órgãos e da intervenção do senhor Presidente numa reunião com o Ministério da Justiça, foi decisiva essa atuação para a proposta, a última que têm, para a reorganização judiciária. -----

Não tira o mérito à atuação do atual Presidente de Câmara, de facto teve uma intervenção a esse nível, mas também não queria deixar passar em branco que a maneira como isso foi exposto na intervenção dá ideia que a reunião que o senhor Presidente de Câmara teve com a Ministra da Justiça terá sido decisiva para a proposta que têm agora que é muito mais favorável. Alertava para o rigor da situação em concreto, quando essa reunião aconteceu, entre o senhor Presidente da Câmara e com o Diretor Geral da Administração da Justiça, *a proposta já estava feita, a reunião terá sido decisiva no sentido de confirmar as aspirações que tinham, fizeram uma moção na Assembleia Municipal nesse sentido, uma moção muito bem-feita*, um daqueles exemplos em que mostraram como é que uma Assembleia Municipal deve funcionar, e naquilo que são matérias em que estão de acordo conseguem fazer um excelente trabalho, e fizeram um excelente trabalho, todas as forças políticas sem exceção. -----

Mas de facto essa reunião não foi decisiva, só para pôr rigor nessa intervenção; interpretou assim mas admite que outros colegas deputados não tenham entendido dessa maneira. -----

Gostaria de pedir um esclarecimento, uma informação, à Câmara no sentido de tentar explicar como é que está a situação da agregação de agrupamentos de escolas do concelho de Valongo. -----

Tiveram conhecimento que terão existido reuniões com a DREN, souberam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que o processo registou algumas evoluções, *"mas nunca mais tivemos notícias de como está o processo de reordenamento dos agrupamentos de escolas do concelho de Valongo"*, era importante saber como está esse processo, é um assunto nocivo para a comunidade escolar, estão em final de ano escolar, inicia-se em setembro o novo ano escolar, e portanto era oportuno saberem do estado desse processo. -----

De seguida entregou uma **Recomendação** à Mesa que se anexa à presente ata como **Doc.6**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que *gostaria de começar a sua intervenção por dizer ao João Paulo Baltazar, que conhece há muitos anos, hoje nas funções de Presidente da Câmara, que o felicita pelas novas funções, mas também dizer-lhe com muita frontalidade, olhos nos olhos, que não lhe reconhece a mesma legitimidade eleitoral de quem encabeça uma lista.* -----

O sistema que têm é um sistema de candidatos a Presidente de Câmara, mas como disse respeitam; continuam disponíveis para trabalhar e resolver os problemas do Município, esperam da parte do Presidente de Câmara uma atitude de correção, de diálogo, de abertura, porque grande parte dos problemas do Município só se resolvem se as forças partidárias, para lá do PSD, se entenderem. Esta, foi a primeira questão que quis deixar. -----

E continuou: por várias vezes viabilizaram vários documentos e até, de vez em quando, levaram umas pancadas da CDU como ainda hoje. O PS assume o seu caminho; são um partido que privilegia o interesse municipal. Isto não é uma empresa privada porque se fosse os gestores da Câmara já estavam todos despedidos. E porque é uma entidade pública não deseja que uma Câmara vá à falência. Em seu entender uma Câmara se for à falência é um pesadelo sobretudo para os mais carenciados e escusa-se de explicar porquê. -----

Portanto, tem que haver, por vezes, em muitas matérias um interesse supra municipal, e o PS compreende isso e atua dessa forma. Os eleitores respeitam ele também respeita e respeitam todos a CDU. A CDU é um partido antigo muito respeitável e, como o BE e outros partidos, têm o seu caminho. -----

De seguida: queria dizer ao senhor Presidente da Câmara - respeitando e não colocando em causa o seu papel até às eleições - mas tem de lhe dizer que tolerância por parte do PS para com a Câmara e para ele em particular, é zero. E só pode ser zero, porquê? -----

Porque, o senhor Presidente da Câmara, para aqueles que andam um bocado distraídos, já cá está desde 1993, quando foi contratado pelo Dr. Fernando Melo para assessor informático tal como outras pessoas - o Dr. Arnaldo que cá estava e o Dr. João Queirós que cá esteve - ele não caiu do céu há três dias. -----

Seja enquanto Deputado Municipal, Líder partidário ou Vereador, já cá estava, e a tolerância é zero, porque nunca ouviu uma palavra sua a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

discordar da estratégia que os levou à situação que têm; portanto não reconhece suficiente credibilidade. -----

Na última reunião da Assembleia trouxe a auditoria que a IGF – Inspeção Geral das Finanças fez entre 2008 e 2010 ao controlo dos impactos financeiros do PPTH e do PREDE. -----

O PREDE (plano de regularização das dívidas a que o Município recorreu) e que em relação a Valongo afirmava claramente que, *já em 2010, havia uma situação de simultâneos desequilíbrios, conjuntural e estrutural, estando reunidos os pressupostos legais para que o Governo pudesse declarar a situação de desequilíbrio estrutural.* -----

Continuando, disse: *não quer acreditar que a Câmara não tenha hoje os instrumento ou seja, plano e orçamento, e nem quer acreditar que o senhor Ministro Miguel Relvas esteja a fazer o favor de não declarar a situação de desequilíbrio estrutural.* -----

Da última prestação de contas e olhando para os resultados do ano passado, é óbvio que a situação está em desequilíbrio estrutural. *Percebe porque não estejam aprovados os instrumentos mas espera que não seja essa a razão, porquê? Porque o memorando é claro; o memorando diz aos municípios e a circular da ANMP também é clara quando pede aos municípios para serem rigorosos naquilo que é a situação, porque estar no grupo 1 ou grupo 2 não é só a questão dos 20 anos ou dos 14 anos. No grupo 1 são serão aplicadas medidas de austeridade duríssimas e no grupo 2 são outro tipo de medidas. - E acrescentou: Acho que o senhor Presidente da Câmara não está a pensar nele. Aliás, a função que ele desempenha não é para pensar nele, mas pensar no Município e, não querem um dia destes acordar com uma situação mais grave do que aquela que têm só porque estão a um ano e poucos meses das eleições.* -----

Existe uma questão que tem de ser clarificada. E lembrou: *para ser aprovado o empréstimo tem que vir à Assembleia e ser aprovado pela maioria dos deputados em efetividade de funções, o que significa que têm que falar com o PS.* -----

Segunda questão: há poucos dias, a Mesa da AM, deu conhecimento do relatório de auditoria orientada aos suplementos remuneratórios e outros abonos na administração local, entre 2007 e 2009. A Câmara de Valongo distinguiu-se no país por pagar trabalho extraordinário para além dos limites legais; pela inexistência de um regulamento de subsídios de turno; abonos para falhas pagos sem o prévio reconhecimento desse direito pelo Presidente da Câmara, (está a ler o que diz no relatório do Tribunal de Contas disse) retribuição de férias não gozadas a eleitos locais; pagamentos sem justificação de refeições a eleitos locais e comunicações móveis com ausência de critérios de atribuição de telemóveis e plafonds máximos. -----

Fizeram-lhe chegar isso há dois dias por ordem do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um documento que, em seu entender, deveria ter chegado há mais dias. Para si, isto significa que *há, claramente, interesses*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

instalados, e a questão que coloca ao Presidente da Câmara: para quando a coragem de mexer na macroestrutura e afrontar os interesses instalados, pois, só interesses muito poderosos é que permitem essa situação. -----

Disse de seguida que pretendia dar outra informação aos senhores deputados e ao público (embora julgue já terem conhecimento) sobre o município de Valongo. Ao contrário do que disse o jornal de notícias, não foi por sorteio que o município de Valongo vai ser alvo este ano, entre mais onze municípios, de uma auditoria do Tribunal de Contas orientada ao endividamento municipal, entre 2007 e 2011. -----

E esclareceu: *entrou em contacto com o Conselheiro do Tribunal de Contas, Ernesto Luís Rosa Laurentino da Cunha, que já lhe enviou uma mensagem (e que vai enviar ao senhor Presidente) onde confirma que os critérios de escolha dos municípios se prendem, fundamentalmente, com a dimensão dos respetivos passivos. Portanto é preciso perceber que não estão numa situação dourada, estão numa situação má, muito má mesmo. -----*

Disse de seguida que o senhor Presidente, em 2011/2012, deu uma entrevista ao Verdadeiro Olhar, onde dizia que o modelo de gestão da Câmara tinha falido. Disse que concorda e que a Câmara tem gente a mais. Donde, devo voltar à outra questão: *se tem gente a mais, o senhor Presidente deve ter a consciência que todos os seus atos e gestos vão ser analisados ao milímetro. -----*

É naturalmente seu direito contratar pessoas para o seu gabinete político, mas não se compreende quando alguém diz que tem gente a mais e contrata um adjunto político. Embora não tendo nada contra isso e porque gostava de ser Presidente da Câmara está à espera das eleições para se submeter à decisão dos eleitores. -----

Terminou dizendo: se quer ser diferente e sabendo que a nomeação para um gabinete político obedece às regras de nomeação dos gabinetes ministeriais, faz-lhe um desafio, *que torne público uma nota curricular da pessoa que foi nomeada e o vencimento que vai auferir, porque isso é que é de facto ser diferente a presidir a uma Câmara, e não foi isso que aconteceu. -----*

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à intervenção do **deputado Jorge do Aido** já tiveram oportunidade de falar sobre esse assunto. -----

Foram recentemente contactados pela Associação Distrital dos Columbófilos, no sentido de que pudessem acolher, na nova proposta de regulamento, uma legislação especial como outras Câmaras já acolheram. -----

Pediu à jurista dessa associação para lhes fazer chegar a regulamentação, e solicitou aos serviços que recolhessem todos os processos que tinham (no que diz respeito aos pombais), que os agrupassem segundo características semelhantes. Um dos exemplos tem a ver com edificações em cima de anexos. Se adotarem essa legislação não sabe se ela teria ou não impacto nas questões que estavam a analisar. *Para já, seriam ilegalizáveis. -----*

Terá esses dados na sua posse na próxima sexta-feira. Entretanto, como o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Deputado disse que a partir do momento que esteja declarada a tomada de posse administrativa para demolição não adianta qualificar porque já não é legalizável o que se pode concluir é que houve apenas este lapso de tempo. A partir de sexta-feira o processo continua o seu curso como estava planeado. -----

Disse de seguida que *queria que se confundissem os pombais e as pombas com os columbófilos e as associações*. Embora não tenha sido da sua autoria, não vê o que tenha a ver o poder-se atribuir um espaço a uma associação de columbófilos com o facto haver alguns membros que tenham construções ilegais. -----

Quanto ao **deputado Adriano Ribeiro**, da CDU, falou numa situação de falência e queria corrigi-lo, porque a demagogia deve ser corrigida; não há situação de falência e que mais à frente, nesta intervenção, irá explicar. -----

Depois falou da responsabilidade das políticas do Dr. Fernando Melo; *queria dizer-lhe que o Deputado e o seu partido têm responsabilidades*, têm pelo menos a responsabilidade de nunca terem sido capazes de se afirmar como alternativa, e *permitiram que as pessoas do concelho de Valongo fossem continuamente dando o poder, e com maiorias consecutivas, a quem o Deputado entende que sempre fez más políticas*. -----

Por outro lado as suas intervenções, nesta AM, são absolutamente catastróficas; isto está assim *ao nível do hospital* mas eu acho que isto vai fechar; *os tribunais*, aparentemente isto é melhor *mas eu acho que isto pode ser pior*. Mais parece, a política do quanto pior melhor. Porém o mérito do modelo de política em análise não é só dele. *Há gente no concelho de Valongo que entende que vai chegar ao poder destruindo tudo, usando um discurso verdadeiramente avassalador*. -----

Mas, ao contrário disso *"vamos continuar a ter um discurso positivo, porque entendemos que devemos ajudar a população de Valongo a ultrapassar as dificuldades"*. -----

O Deputado falou que não será possível haver uma alteração miraculosa. Ele tem a noção disso, pelo menos *nunca será miraculosa suficientemente para o fazer mudar de opinião*, e portanto concordo com ele. -----

No entanto, confirmou uma coisa que é importante e tem toda a razão; que a reunião que tive com o Gabinete da Ministra da Justiça não terá tido esse momento de influência na alteração de rumo, mas denota por essa afirmação que estava a par da informação. Tive o cuidado de manter as pessoas a par das diligências que fomos tomando, portanto *um sinal claro da maneira como entendo que a política deve ser feita; com o envolvimento de todos porque diz respeito a todos*. -----

Quanto ao **deputado José Manuel Ribeiro** constata que é a segunda vez que tenta beliscar a sua legitimidade no cargo, *mas não é argumento de quem quer porque é só para quem pode*. -----

De seguida, sugeriu ao Sr. Deputado *"que não fazia mal ter uma reunião com o senhor Vale, da Junta de Freguesia de Valongo, e explicar-lhe a ele a sua*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

versão, porque não pode ser aos domingos e às segundas caírmos para um lado e às terças e quintas para o outro. Em seu entender, não se devem atirar pedras para o ar quando se têm telhados de vidro. -----

Relativamente ao desequilíbrio disse: felizmente, para todos os municípios, exceto para o Sr. Deputado, o concelho de Valongo não está em desequilíbrio estrutural, e não é ele que o diz, é a DGAL. -----

O Sr. Deputado, que tem tantos contactos - e fala - com o Juiz Conselheiro, ligue à senhora diretora geral da DGAL e pergunte-lhe em que grupo é que está o município de Valongo, e ela vai responder-lhe, com certeza que Valongo, para sua decepção, não está no grupo 1 aquele que tem aquelas medidas muito restritivas, mas está no grupo 2. -----

Depois disse que eu tenho de falar com o PS mas o senhor já está a falar da questão. Outra coisa fantasmagórica parece ser a macroestrutura e a alteração da dita cuja. Porem, na próxima semana vai haver uma reunião do Executivo da Câmara onde, um dos assuntos que vamos a abordar é a alteração da macroestrutura. -----

Oportunamente, houve um estudo, uma avaliação e agora vai haver uma proposta, e portanto essa coisa de que todos fogem durante o verão fica arrumada. -----

Quanto à questão das opções no que diz respeito à composição do gabinete, não vejo necessidade de lhe dizer o que quer que seja a não ser repetir aquilo que o Deputado disse; o cargo de Adjunto é um cargo de confiança política, e portanto não é uma questão de curriculum, embora a pessoa que convidou e que com muita honra sua aceitou poder fazer parte do seu gabinete tem um curriculum invejável, apesar de jovem e, sob o ponto de vista da contribuição para as mais-valias, para o valor acrescentado do país muito superior nomeadamente ao do Sr. Deputado. -----

Disse de seguida que queria responder publicamente a um requerimento do PS, através do qual quer saber nomeadamente: se se confirmam obras urgentes no Gabinete Presidencial do edifício da Câmara Municipal de Valongo. Não sabe o que é o Gabinete Presidencial, mas queria, através do senhor Presidente e, no final da reunião, convidar todos os deputados, porque gostava que fizessem uma visita ao gabinete que se encontra aberto e conhecessem o espaço onde todos os dias trabalho. -----

Quando o Dr. Fernando Melo saiu tinha um conjunto de pertences pessoais nomeadamente, quadros que tinha na parede; o Dr. Fernando Melo levou-os. Apesar de ter ponderado (!) não ia deixar lá um post-it a dizer aqui tinha um quadro, acolá um prego espetado e uma marca na parede. Ponderou fazer isso, mas achou que era melhor que se pintassem as paredes já que a Câmara ainda tem alguma tinta -----

Combinaram ainda que, tudo o que fossem materiais a usar e que não existissem na Câmara, a Câmara não iria pagá-los; os três vereadores assumiram o pagamento; não queriam com esta alteração criar qualquer tipo de dificuldade e foi essa a decisão que tomaram. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

E acentuou: as alterações não se cingiram àquele espaço. A seguir à Reunião convida todos a visitar, para perceberem melhor, algumas mudanças a efectuar porque pensamos que temos legitimidade para as fazer. Uma delas é que vão criar, na frente interior da Câmara Municipal, uma área operacional para concentrar lá tudo o que é atendimento ao público. ----- Um dos problemas que existe no edifício é uma possível promiscuidade espacial entre o que é o público - as pessoas que nos visitam, que vêm à Câmara Municipal tratar do que quer que seja - e o espaço onde as pessoas trabalham que deveria ser mais protegido. -----

Portanto, a partir do momento que isso existe, acha que tinham um serviço com pior prestação e, por outro lado, as pessoas não tinham condições de trabalho porque podiam ser interrompidas no seu gabinete ou local de trabalho a qualquer momento. -----

Assim, estão a fazer obras de modo a criar na frente da Câmara um espaço adequado de atendimento, onde todos os cidadãos que precisarem dos serviços da Câmara Municipal vão ter atendimento na entrada e não vão precisar de se deslocar para o interior porque vão ter aquele espaço vedado. Terminou dizendo que, com a reorganização em curso, não foi comprada uma peça de mobiliário e /ou equipamento. Estão a fazer tudo com o material que tinham dentro da Câmara. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a continuação do período Antes da Ordem do Dia para Depois da Ordem do Dia sendo aprovado por maioria com 29 votos a favor, 1 voto contra do Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro, 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa e 1 abstenção do Substituto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

De seguida colocou à discussão o **ponto 1. Discussão e aprovação da ata da reunião do dia 2012-04-27**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação a aprovado por maioria com 30 votos a favor e 1 abstenção da Deputada do grupo Municipal Coragem de Mudar Vera Borges Lopes devido a não ter estado presente na referida reunião. -----

Seguidamente colocou à discussão o **ponto 2.1 Proposta de reconhecimento oficial da Bugiada como património imaterial de interesse municipal**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** fez a leitura de uma **Declaração** que se anexa à presente ata como **Doc.7**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado Carlos da Rocha Mota** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.8**. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o ponto **2.1 Proposta de reconhecimento oficial da**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Bugiada como património imaterial de interesse municipal, sendo **aprovado por unanimidade**, não estavam presentes na sala aquando da votação o Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos, o Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau e o Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

Colocou de seguida à discussão o **ponto 2.2 Proposta de alteração dos estatutos da Associação de Municípios LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Resíduos do Grande Porto**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o **ponto 2.3 Contrato Emprego Inserção – Ano letivo 2012/2013 – Autorização para assunção de encargos plurianuais**. -----

A Senhora Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha disse que terá passado inadvertidamente, no final da primeira página, diz ano letivo de outubro a dezembro, e depois diz que são quatro meses, portanto, deve ser setembro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha colocou à votação o **ponto 2.3 Contrato Emprego Inserção – Ano letivo 2012/2013 – Autorização para assunção de encargos plurianuais**, com a retificação de outubro para setembro, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 30 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 10 votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à votação por escrutínio secreto o **ponto 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, e seu substituto, para representar o concelho no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses**, sendo propostos os seguintes nomes: -----

- **Efetivo:** Presidente de Junta da Freguesia Campo, Alfredo Costa Sousa. ---
- **Suplente:** Presidente de Junta da Freguesia de Valongo António Alves do Vale. -----

Após a votação verificou-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 27 votos a favor. -----

Votos contra: 3 votos contra. -----

Abstenções: 1 abstenção. -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha colocou à discussão o **ponto 4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que não ia colocar nenhum problema. O relatório é exatamente igual a muitos relatórios que lá foram, só gostava que o senhor Presidente da Câmara, ou alguém em quem ele delegue, lhe explicasse o seguinte: -----
Não há muito tempo foi público, saiu no Jornal de Notícias, uma fotografia da vinda a Valongo de empresários chineses e que a fotografia foi tirada na Câmara. Dizia-se que vieram a Valongo para um projeto enorme, (da ordem dos 155 milhões de euros). Quem dera que viesse tal projecto! -----
Mas o que é que acontece porque não encontra a referência a isso no relatório em análise? Também não sabe se devia ter, mas como foram à Câmara! Como o documento refere outras atividades ao nível da captação de investimentos e a verdade é que os ditos empresários foram à Câmara, isso deveria constar do documento. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que não está no relatório porque não foi nenhuma iniciativa da Câmara. Todos os dias recebe pessoas e não faz disso publicidade no documento. -----

Houve um empresário, ou um grupo de empresários, que numa perspectiva de tentarem viabilizar um investimento num terreno em Campo entenderam fazer uma aproximação a um grupo de investidores; pediram ao Presidente da Câmara para os receber e numa disponibilidade de acolhimento das pretensões foi isso que foi feito, na altura e por ele. A autoria da notícia no JN não é da Câmara Municipal, e não foi nenhuma atividade da Câmara Municipal. Tão só a recepção ocasional de um conjunto de pessoas como se recebem tantas outras. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que na página 4 do relatório diz, e bem, gostava é que viessem muitas referências a reuniões com empresas, porque o concelho precisa de empresas, mas diz na página 4: *"Reunião com a empresa Hutchinson para dar a conhecer ao promotor o gabinete do empresário como mediador no processo de instalação da unidade empresarial da referida empresa na freguesia de Campo"*, isso aplica-se exatamente ao que lhe disse, não sabe quem é o promotor, não interessa, *mas se vieram à Câmara, devia estar referido, porque isso é um princípio de transparência.* -----

Há Câmaras onde até a agenda dos Presidentes de Câmara está disponível para qualquer cidadão; isso não é dar nada, não é uma benesse, é uma opção de transparência. -----

Vem, ou não, um investidor; há uma notícia; tal notícia tem algum fundamento; mas uma notícia dessas a leitura que tem é: *tudo bem não é uma iniciativa da Câmara, mas como Município e apesar de não ter sido uma iniciativa da Câmara, não aceita que esta sirva para outros fins designadamente especulação. É que estas coisas podem ter essas leituras.* -
Se vêm a um espaço público, de todos os municípios, por uma questão de transparência deve ser comunicado, para também ajudarem, agora isso tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que estar no relatório. Não estão a pedir nada é uma questão de transparência. -----

O Senhor **Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que queria explicar ao senhor Deputado o facto de haver um empresário que convida um grupo de investidores e pede que as pessoas possam visitar a Câmara. Fizeram-no entrando no espaço público da Câmara mas não estiveram sequer no gabinete presidencial. -----

Portanto, esses senhores foram conhecer onde era a Câmara Municipal, tinham interesse em fazê-lo e quiseram tirar uma fotografia e foram embora. O empresário ou os empresários chineses, não sei quem publicou a notícia no JN - que gosta destas coisas extraordinárias - até porque dias antes tinham estado na Maia. -----

Agora, não queira comparar uma empresa como a Hutchinson que foi à Câmara Municipal conhecer e perceber o que tinha que fazer para apresentar um projeto, o licenciamento, e que vai avançar com o investimento. Isso sim é significativo. -----

Se estivéssemos a dar ênfase a essas visitas então aí estaria a dar-lhe razão e a participar em especulação. Aquilo foi o que acontece quase todos os dias com tantas outras pessoas, só que estas, na maior parte serão portugueses e eles não eram. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão o Período Depois da Ordem do Dia. -----

O **Substituto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves**, em defesa da honra disse que defendia a honra da Junta de Freguesia, e do senhor Presidente, uma vez que foi feita uma comparação deselegante, para quem há tão pouco tempo está a exercer funções de Presidente; pode compará-las com as funções que exerce com o senhor Presidente não eleito da Junta de Freguesia de Valongo. A Junta de Freguesia, de maioria PS, representa a maioria eleita na Junta de Freguesia, escolhida por sufrágio direto de todos os valonguenses. -----

Disse que não é nenhum complexo mas uma infelicidade que ocorreu dado o acontecido, e tudo aquilo que motivou a substituição do Presidente Senhor António Marques Oliveira. Se ainda cá estivesse, com certeza seria Presidente de Junta de Freguesia; um Presidente de Junta motivado, como sempre esteve ao longo dos anos que exerceu essas funções, cumpriria o mandato até ao fim, porque foi para isso que foi eleito, e se a lei o permitisse seria recandidato à Junta de Freguesia ou então exerceria outras funções no concelho. -----

Por estes motivos não existe comparação, como se fez, com a Junta e a Câmara. Uma coisa é uma saída voluntária do Presidente de Câmara outra coisa é uma saída involuntária de um Presidente de Junta. -----

Têm um Presidente de Câmara que recentemente saiu de forma voluntária, que foi eleito pelos valonguenses, e que além de ter sido eleito apresentou um programa eleitoral que foi sufragado, e pensa que é isso que têm que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

respeitar independentemente das questões. -----

Terminou, salientando o seguinte: **um** estava motivado para servir a população e **o outro** já tinha falta de motivação e saiu voluntariamente, *por isso acha que é um bocado deselegante a comparação. -----*

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que a *única coisa que percebeu foi que o senhor Deputado não esteve a julgar quem ficou, só esteve aqui a julgar quem partiu, e não lhe fica bem ir adjetivar o Dr. Fernando Melo pelas mesmas razões com que alegou que permitiria defender a honra. -----*

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse que pretendia comentar dois ou três apontamentos de algumas intervenções que foram feitas. -----

A primeira incide na intervenção da Deputada do PS no que se refere a idosos no Concelho. Como é *uma área que o toca de perto* não podia deixar de discordar de alguns números que foram apontados, por convencimento de não corresponderem à verdade. -----

A senhora Deputada falou que ouviu algumas instituições públicas. E, como desconhece instituições públicas no Concelho que se dediquem ao acolhimento de idosos e dado que a Misericórdia de Valongo não é uma instituição pública mas uma instituição de utilidade pública está convencido não foi ouvida para o caso. -----

Dos 900 idosos que foram citados como estando em lista de espera provavelmente nas instituições que a senhora Deputada ouviu, gostariam de saber quantos é que já faleceram, se são todos oriundos do concelho de Valongo. Têm sérias dúvidas sobre esses números porque não lhe parecem reais e fala pela experiência que tem na Misericórdia. -----

Por outro lado é bom que se diga que nem todas as inscrições que aparecem nas instituições são interessados diretos na institucionalização, por vezes a família inscreve os seus idosos para serem acolhidos em lar. Porém, quando chega a oportunidade de admitir alguns desses mesmos idosos aparecem situações difíceis de resolver entre alguns idosos e respectivos familiares.-----

Portanto seria bom que quando se trouxessem dados deste género houvesse mais rigor e fossem formalmente ouvidas as instituições que estão no terreno. No caso da Misericórdia de Valongo tem uma lista de espera relativamente pequena e, estão a falar da instituição com maior capacidade, a não ser a instituição (CSPA) em Alfena que tem uma capacidade maior para acolhimento de idosos. -----

Por outro lado têm que ser tido em atenção que um lar de idosos não é um hospital, e muitas vezes chegam ao lar pedidos para acolher pessoas que precisam de ser hospitalizadas, que não tem nada a ver com o interesse de ser acolhidos lá porque é contraproducente quando isso acontece já que, a maioria dos lares, não têm capacidade de dar um tratamento adequado a pessoas quando já têm uma doença bem vincada. -----

Sobre a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, como amigo dele,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

dava-lhe um conselho: todos já se aperceberam, há muito, da sua vontade, legítima, de vir um dia a ser Presidente da Câmara. Porém, pode e deve utilizar outra forma de se apresentar; com menos demagogia, com menos maledicência porque se não o seu descrédito cresce junto da população. -----
Do senhor Deputado e através do seu currículo a nível do Concelho não se conhece nada de palpável. Se ainda vem com estas habilidades de linguagem e demagogia então o seu crédito fica totalmente espalhado. Como amigo deixo-lhe o conselho, "*arrepie um pouco o seu modo de fazer política*". Na sua última intervenção sobre a visita dos chineses, se Câmara tivesse incluído essa visita no relatório, o Deputado José Manuel Ribeiro *acusava a Câmara de eleitoralismo político ou seja acusava a Câmara de que nada há de concreto mas já estão a anunciar*. Em meu entender tais posições são demagogia política. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Torres Gonçalves** disse que a falta de elevação do debate político motivou-o a falar caso contrário não o faria, porque de facto a politiquice e a chicana política faz-lhe confusão, e o Deputado Albino Poças com a acuidade que já lhe conhecem quase retirava o que ia dizer. -----

O senhor Deputado José Manuel Ribeiro falou na falta de legitimidade do senhor Presidente da Câmara. O senhor Deputado está na política há tempo suficiente para saber que a única eleição unipessoal que têm no país é do senhor Presidente da República e, é única, por algum motivo. -----

Podem discutir os círculos uninominais, podem discutir outros modelos políticos. Neste momento é a única eleição, e não consegue perceber esse argumento, a não ser o argumento da reatividade. -----

Mas por outro lado o senhor Deputado, a meio da sua intervenção confundiu e, em vez de legitimidade falou em credibilidade, não sabe se foi planeado se não foi, mas em vez de legitimidade disse credibilidade. -----

Senhor Deputado, junta isso ao segundo ponto de que falou, que foi de nomeação de confiança política que o senhor Presidente da Câmara fez, e une essas duas situações, do senhor Presidente e dessa nomeação à questão da credibilidade. -----

Tanto o senhor Presidente da Câmara que já esteve segundo o senhor Deputado, em 1993 na área da Câmara, a verdade é que agora conseguiu ser legitimamente eleito e ascender ao posto de Presidente da Câmara, tem muita credibilidade para estar ali e tem um perfil que consegue comprová-lo, nomeadamente com o seu currículo. -----

O mesmo sucede com a nomeação do Eng.º Hélio Rebelo. Aproveito para lhe lançar um desafio: analise o currículo, compare o currículo destas duas pessoas, com o seu currículo. -----

Como o Deputado Albino Poças referiu, o deputado José Manuel Ribeiro tem a expectativa, a esperança de vir a ser eleito Presidente da Câmara. Todavia, tem que demonstrar a sua credibilidade para ser eleito para esse cargo e, para o fazer, compare os currículos, mas o currículo que interessa, não o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

currículo dos tachos políticos, não o currículo da política ou da politiquice, mas sim o currículo da vida real, da vida em que custa singrar, onde estamos sujeitos ao mercado, sujeitos à verdadeira concorrência, compare os currículos dessas duas pessoas e o seu currículo, e depois fale de credibilidade. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Filipe Alves Felgueiras** disse que pretendia fazer um comentário muito rápido, deixar uma palavra muito direta ao senhor Deputado José Manuel Ribeiro; *coerência*, que é uma coisa que lhe faz falta. -----

O senhor Deputado não pode dizer que o atual Presidente de Câmara tem falta de legitimidade sem, no mesmo sentido, dizer exatamente a mesma coisa no que diz respeito à Freguesia de Valongo. -----

Um Presidente de Câmara aqui saiu voluntariamente, o outro senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valongo saiu pelos motivos que todos lamentamos. O que releva destas situações é que o efeito prático é exatamente o mesmo, a legitimidade está lá, a lei existe para resolver estes casos. Coerência pois, senhor Deputado. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que o senhor Presidente comentou que ele é catastrófico nas suas intervenções. Não foram eles que disseram que o Hospital ia fechar, tem uma cópia do Jornal de Notícias que diz: *"Hospital fica sem urgência à noite já na segunda-feira"*, não era boato, era verdade, tanto era verdade que houve uma intervenção do senhor Presidente da Câmara no sentido de evitar isso. – Como ficaram preocupados pediram uma reunião a quem de direito, à administração do Hospital de Valongo, e ficaram preocupados, porque lhes disseram - sim senhor estava tudo planeado, estavam as escalas feitas, tiveram que as anular – e *a perspetiva que tem o diretor do Hospital de Valongo é que vai encerrar, e como alternativa vão ter uma ambulância, a alternativa para dar resposta é uma ambulância*. -----

Portanto, não são catastróficos nem inventam questões. -----

Em relação à questão que há tantos anos não conseguem convencer a população de Valongo, e por isso também têm responsabilidade, têm responsabilidade e respeito pelos resultados eleitorais, e têm convicções; *convicções de um dia a população lhes dar razão*. Lembrou que a CDU governa 27 Câmaras do país, bastantes delas onde o PSD nunca conseguiu ganhar e nem sequer eleger um vereador. -----

A Senhora **Vice-Presidente da Câmara Maria da Trindade Morgado do Vale** disse que não é o concelho de Valongo que está envelhecido, é o país e o mundo, é um assunto que anda na baila e que têm que tratar com os devidos cuidados. -----

Não sabe qual foi a data do estudo aqui apresentado, não são esses os dados que conhece, não é a realidade do Concelho que conhece. -----

Portanto não conhece essas listas de espera, não há, em seu entender, no Concelho esse número de seniores à espera de entrar para os lares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No Concelho existe um plano para essa população, existe o plano de ação sénior por todas as freguesias: têm as *férias inter-geracionais* pela primeira vez no Concelho; tiveram e vão continuar a ter, *têm a voz do sénior em cada freguesia*, da responsabilidade de cada freguesia, tem o seu Presidente de Junta e uma pessoa eleita da freguesia que lhes leva os problemas sentidos na freguesia e os trabalham. -----

Está preocupada, mas acha que as coisas estão controladas e no bom caminho. -----

Relativamente à reorganização do parque escolar, na freguesia de Valongo fica a Escola Secundária com a E.B 2.3 de Sobrado, a junção das duas, e o Vallis Longus fica sozinho o que se deve ao elevado número de alunos que o agrupamento Vallis Longus tem. -----

Alfena já estava agrupado, portanto era uma realidade. -----

Em Ermesinde ficou *S. Lourenço* sozinho devido ao elevado número de alunos que tem, e a Escola Secundária ficou agrupada com o *D. António Ferreira Gomes*. -----

Campo ficou sozinho porque tem os três ciclos de ensino, portanto e conforme a legislação, Campo cumpre exatamente todos os requisitos. -----

Disse de seguida que gosta que a Câmara receba prémios, porque são merecidos, mas não está muito preocupada com eles, preocupa-se mais com a qualidade de vida que dão aos munícipes e é nesse sentido que trabalham todos os dias. -----

Quanto à Senhora que esteve numa reunião da Câmara e, naquele momento lhe disse que não tinham uma habitação para ela reafirmou que não tinham, em respeito aos critérios que têm que seguir. Informou que a questão levantada na dita reunião já está solucionada. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PS Raquel Alves dos Santos** informou que os dados que tem, os dados que estão no estudo, estão fundamentados, e todos os dados que foram inseridos no dossier foram fornecidos pelas instituições de Valongo. -----

Relativamente ao dado que toda a gente ficou um bocadinho assustada - por isso é que quis levar à Assembleia essa preocupação - foi a Santa Casa da Misericórdia, através da Dra. Teresa, que lhe disse que existiam naquela instituição cerca de 500 idosos em lista de espera para o lar. -----

Parte do princípio que se uma instituição lhe dá dados concretos é porque tais dados são verdadeiros. Questionou-a sobre esses dados, e também acerca de outra questão. Infelizmente há idosos que acabam por morrer e outros que acabam por se prolongar no tempo. Mas, a resposta que lhe foi dada foi que haveria cerca de 500 idosos para lista de entrada, só de lar. -----

Portanto todos os dados reunidos são das instituições através das fichas e dos dados que as instituições têm de inscrição, porque é preciso uma ficha de inscrição para os idosos integrarem as instituições, e portanto o levantamento foi feito através do número de fichas de inscrição, *se lhe deram os dados errados foram as instituições, mas não acredita que isso tenha*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

acontecido. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse à senhora Deputada que as informações emanadas da Misericórdia de Valongo têm que ser subscritas pelo Provedor. E reafirmou: *nenhuma delas pode ter crédito se não for assinada pelo Provedor.* -----

Tem a certeza que não lhe terá sido dada a informação com tais números e desafia a senhora Deputada a ir lá, um dia e com a senhora Diretora do lar confirmarem se ela deu a informação em causa. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar Cristiano Roberto Bento Ribeiro** disse que lhe parece que a senhora Deputada Raquel Santos está a apresentar uma investigação científica, elaborada por ela; teve a boa vontade de oferecer à Câmara Municipal essa investigação científica, e apresentou os dados. Afirmou que: *não cabe à Assembleia concordar ou discordar daquilo que é dito e está registado nessa investigação científica, com métodos científicos e aprovados por uma Faculdade, se não, não estava a ser apresentada aqui.* -----

Portanto *acha que a discussão não tem qualquer tipo de fundamento*, não vamos votar se vão aceitar a tese ou se vão rejeitar a tese, não é isso que está em causa. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à admissão a **Moção** anexa à presente ata como **Doc.4** sendo **admitida por unanimidade**, não se verificando intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e **aprovado por unanimidade**, não participou na votação a Membro Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa por estar ausente da sala. -----

De seguida colocou à admissão a **Saudação** anexa à presente ata como **Doc.5** sendo **admitida por unanimidade**, não se verificando intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e **aprovado por unanimidade**, não participou na votação a Membro Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa por estar ausente da sala. -----

Colocou de seguida à admissão a **Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.6** sendo **admitida por unanimidade**, não se verificando intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e **aprovado por maioria** com 29 votos a favor e uma abstenção do Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha, não participou na votação a Membro Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa por estar ausente da sala. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou de seguida à votação a **aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3 e 3**, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por **encerrada a sessão.** -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____



Grupo Municipal do PSD

Exº Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos

Exº Senhor Presidente de Câmara e restantes Vereadores

Exºs senhores Deputados

Exº Público e Comunicação Social

No começo deste mês de Junho, como é do conhecimento de todos, houve uma alteração na composição de executivo de Valongo, com a assunção de funções de Presidente pelo Dr. João Paulo Baltazar e com a entrada de um novo vereador, Arménio Pedro Reis da Silva. A ambos desejamos muitos sucessos pessoais e sobretudo autárquicos, pois do seu sucesso dependerá o sucesso do Município e consequentemente o benefício dos Valonguenses, nossa principal preocupação.

Relativamente ao novo Presidente salientar que, com toda a legitimidade, foi incumbido de novas funções, pois, ao fazer parte de uma lista em que estava colocado em nº dois, nos termos do art. 57º nº 1 da Lei das Autarquias Locais, sabia ele e o eleitorado que votou nessa lista que, em caso de vacatura do cargo de presidente, teria que assumir essas funções. O povo foi a votos e manifestou a sua vontade para quatro anos ... e é essa vontade que temos que respeitar. Ainda relativamente ao Dr. João Paulo, referir que, apesar da sua ainda juventude, tem revelado, ao longo destes dois anos e meio de mandato, a sua capacidade para levar a bom porto esta tarefa de gerir os destinos do nosso município. Sempre serviu a causa

pública por gosto e chegou onde está por mérito próprio. Para terminar este ponto da minha intervenção, dizer ainda que o Grupo Municipal do PSD quer expressar, neste momento de passagem de liderança, o seu reconhecimento pelo trabalho que o Dr. Fernando Melo e as suas diversas equipas desenvolveram, ao longo dos seu mandatos. Aliás, esse trabalho foi sempre reconhecido pelo povo de Valongo, nas urnas, com as maiorias que, sucessivamente, deram ao PSD e a ele próprio.

Sem pôr em causa o passado, que nos honra, não obstante nem tudo ser bom, dizer que, a partir de agora, com o novo Presidente, a Câmara irá ter um percurso diferente ... cada um tem o seu modo próprio de encarar o interesse público e de o prosseguir ... temos agora um novo timoneiro que irá alinhar o rumo da sua equipa segundo os seus critérios. Aliás, já se fazem sentir os efeitos do rejuvenescimento da liderança do município:

- o nosso município, não obstante a diminuição das receitas, conseguiu, pelo lado da despesa, no ano de 2011, reduzir a dívida global em 4,7 milhões de euros, sendo, em 31 de dezembro de 2011, a dívida de curto prazo de 23,8 milhões de euros, o que fez com que o nosso Município tivesse deixado de estar no chamado desequilíbrio estrutural e, por isso, na hipótese querermos aderir ao Programa de Apoio à Economia Local, ficamos integrados nos municípios com pagamentos em atraso há mais de 90 dias, isto é, na Tipologia II, aos quais é aplicado um Plano Simplificado. A situação atual da Câmara faz com que não estejamos no lote dos 53 Municípios que vão ficar sujeitos a um regime bastante apertado, nomeadamente em matéria de impostos locais.

- graças à intervenção oportuna do Senhor Presidente da Câmara, o encerramento das URGÊNCIAS do Hospital de Valongo, previsto para o pretérito dia 18 de junho, foi travado, tendo os serviços continuado a ser fornecidos às populações que o procuram e estando a solução final a ser

estudada, de modo a “responder de forma eficaz às necessidades da população” (palavras do Senhor Presidente).

- graças à intervenção de todos os órgãos do Município – Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Presidente da Câmara – a solução inicialmente prevista para o MAPA JUDICIÁRIO foi, substancialmente, alterada, constando a atual proposta do Governo, que está em discussão pública, do documento Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária, de 15 de junho de 2012. A solução para Valongo, e é com Valongo que temos de nos preocupar, é aceitável, para não dizer boa, pois todos gostaríamos sempre de ter mais!! Como sabemos, a 1ª versão retirava competências ao Tribunal Judicial da Comarca de Valongo e previa a extinção do Tribunal do Trabalho, o que, em concreto, significava, para além dos prejuízos para Valongo e seus munícipes, um subaproveitamento de um equipamento que está a ser pago, e bem pago, pelos portugueses. Segundo a nova versão, Valongo, que neste momento tem um tribunal com competência genérica e um Tribunal de Trabalho, vai ficar integrado na Comarca de Porto Este e vai passar a ter 2 Secções de Competência Especializada - Secção do Trabalho, sendo a área de competência territorial os municípios de Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo (a média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 foi de 1715); e a Secção de Execuções, sendo a área de competência territorial os municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo (a média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 foi de 14.355). Valongo vai ficar, ainda, como Instância Local do Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este, com uma Secção de Competência Cível e uma Secção de Competência Criminal, sendo a área de competência territorial o Município de Valongo (a média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010, foi de

964 e 896, respetivamente, num total de 1.869). Perdemos, é certo, processos para Gondomar, mas ganhamos mais do que que perdemos. O movimento de entrada em Valongo vai ser, se o Mapa Judicial ficar com esta configuração, superior ao de saída, com os consequentes benefícios que daí resultam, nomeadamente para o comércio local. Além disso, a deslocação nunca é para Gaia, como chegou a estar previsto, o que era completamente desajustado. Em termos de recursos humanos, os atuais 6 Juizes passarão para 12; os atuais 7 Magistrados do Ministério Público passarão para 12 e os atuais 40 Oficiais de Justiça, passarão para 77, isto é de 53 operacionais da justiça, passamos para 101. É evidente, que este documento é o ponto de partida para a discussão pública e muito ainda se vai passar, atendendo ao “ruído” que temos ouvido e lido na imprensa, por parte de outros municípios que integrarão a Comarca Porto Este. De qualquer modo, neste momento, Valongo, por ação dos seus órgãos e do seu Presidente, que teve uma reunião no Ministério da Justiça, para manifestar de viva voz o desagrado e descontentamento dos valonguenses face à injustiça que a retirada de competências ao Tribunal de Valongo representava, conseguiu um volte face à solução inicial.

- Salientar ainda que no que toca à intervenção social da autarquia, a Câmara de Valongo, sem exibicionismos, tem desenvolvido um trabalho de realçar, em colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e com a Santa Casa da Misericórdia de Valongo. Esse trabalho encontra-se corporizado em várias ações, designadamente o Plano de Emergência de Apoio Alimentar, que representa hoje o fornecimento de 225 refeições diárias em todo o concelho, a Loja Social, o Serviço do Cidadão e do Consumidor, cujos atendimentos, são, maioritariamente, relativos a situações de sobre-endividamento, entre outros. Queremos realçar:

- a adesão do Município de Valongo ao MERCADO DE ARRENDAMENTO SOCIAL, formalizada ontem mesmo e que proporcionará o acesso a habitação arrendada a valores inferiores ao do mercado, estando anunciado no site próprio 34 imóveis em Valongo; e a

- a criação do serviço MEDIARLOCAL, inaugurado há dois meses e que acompanhou já 13 processos, oferecendo aos munícipes um método alternativo de resolução de litígios mais barato e mais rápido.

Ainda na área do social, apraz-nos registar que o serviço “Espaço Infantil” Imediato e o projeto “Mundo Mistura”, foram, recentemente, reconhecidos como as melhores práticas nas categorias Igualdade de Género e “empowerment”, respetivamente, no âmbito da “Iniciativa Boas Práticas”, atribuída pela Plataforma Territorial Supraconcelhia do Grande Porto.

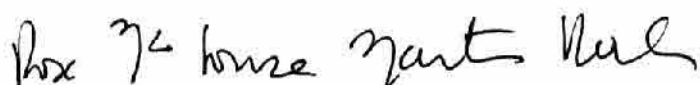
- por último, referir que, todos os anos, a Lipor atribui o Prémio Cliente Lipor, que visa distinguir o cliente que entrega o maior número de toneladas de resíduos em relação ao número total de habitantes. Este ano, o prémio foi dividido em duas categorias, a categoria Quantidade (relativo à quantidade de toneladas de resíduos entregues nas instalações da Lipor) e a categoria Qualidade (relativo à qualidade das cargas entregues na Lipor, isto é, menos cargas não conformes em relação ao número total de cargas entregues). Foi com enorme satisfação que soubemos que o Município de Valongo foi distinguido com o Prémio Cliente Lipor Ano 2011 – Categoria Qualidade. Este prémio, não obstante atribuído ao Município, é um prémio dos valonguenses, é um prémio ao seu civismo e à sua educação ambiental, que queremos enaltecer.

Já vai longa a minha intervenção ... Para acabar dizer apenas ... a vida é feita de pequenas/grandes coisas ... passo a passo se vai fazendo caminho.

É certo que o PSD de Valongo, há muito que vem caminhando e guiando os valonguenses, mas neste momento tem um novo Presidente que, em pouco tempo, já mostrou a sua obstinação e poder reivindicativo ... já mostrou que está aí para defender o melhor que puder e souber Valongo e os valonguenses, sempre ajudado e apoiado, como é evidente, pelos demais eleitos. A política deste Presidente e do PSD sempre foi, é e irá continuar a ser, uma política construtiva, uma política por Valongo, para o bem de Valongo e dos seus munícipes.

Tenho dito

Valongo, 27 de junho de 2012



Rosa Maria de Sousa Martins Rocha – Grupo Municipal do PSD

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valongo

Restantes Membros da Mesa,

Exm^a Câmara,

Senhores vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Exm^a Público,

Senhores Jornalistas,

Boa noite,

Elaborei um estudo no concelho de Valongo sobre a população idosa residente. Este estudo centrou-se em 10 % da população que se encontra inserida em contexto institucional – Lar; Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

As instituições de apoio social em estudo dão resposta a 659 idosos.

O envelhecimento populacional é uma realidade cada vez mais central na vida das pessoas. Verifica-se que com o passar do tempo o número de pessoas idosas aumenta significativamente. Este facto deve-se à melhoria das condições sanitárias e de saúde que proporcionam a toda a população melhores condições de vida.

Com o intuito de aprofundar conhecimentos acerca do envelhecimento e relativamente ao concelho de Valongo procurei conhecer a dimensão do fenómeno bem como perceber o grau de satisfação das necessidades das pessoas idosas.

O conceito de velhice bem-sucedida só faz sentido numa perspetiva ecológica, considerando o indivíduo no seu contexto atual e passado, no quadro de uma relação dialética entre as pressões ambientais e as suas capacidades adaptativas, que com o avançar da idade vão decaindo.

Assim, interessa perceber o grau de bem-estar que as instituições existentes no concelho de Valongo proporcionam aos seus idosos e compreender quais as expectativas dos idosos face à melhoria das suas condições de vida. Procura-se perceber se as instituições

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

proporcionam um efetivo combate ao isolamento social que caracteriza este grupo populacional.

Este desafio tem sido insistentemente percebido pelos técnicos que se encontram a implementar algumas estratégias no seio do concelho, mas que se têm demonstrado insuficientes para fazer face ao rápido e crescente envelhecimento populacional que se verifica, traduzindo-se num reduzido leque de serviços públicos e privados prestados aos idosos.

As poucas estratégias implementadas refletem a falta de recursos disponíveis e a necessidade de se alterarem os procedimentos dos profissionais para que sejam mais ativos e dinâmicos, desenvolvendo novas estratégias de intervenção, que acompanham as mudanças e dinâmicas verificadas.

Foi possível identificar as necessidades/ constrangimentos existentes, nomeadamente:

a) Através do contacto com o público-alvo e população do concelho de Valongo verificou-se a ausência de uma consciência coletiva dos problemas sociais, sendo que a atenção aos problemas de cada idoso e, é neste sentido que a dissertação, poderá influenciar os técnicos, os decisores e as instituições no sentido de reconhecerem este fenómeno do envelhecimento como um problema social e procurem dar respostas que contribuam para uma politização diferente das intervenções, no sentido de uma maior eficácia na implementação de medidas sociais capazes de promover atividades e espaços sociais onde predomine o relacionamento inter-geracional. Através da identificação das necessidades dos idosos no concelho em causa será possível propor possibilidades de maior dinamização, alargamento e qualificação das respostas;

b) A importância de criar e reforçar competências profissionais necessárias a práticas eficientes de inserção dos idosos em atividades sociais e de refletir globalmente sobre as estratégias de inserção social, tendo em conta os contextos mistos que caracterizam este concelho;

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

c) A necessidade de aprofundamento do diagnóstico individual e familiar e à reflexão sobre o processo de construção e avaliação dos planos de inserção que apela à experimentação de novas metodologias de intervenção e ao acionamento de medidas de política social ativas, territorializadas e transversais devido ao envelhecimento da população - que pode ser caracterizado pela perda/ ausência de autonomia, fraca autoestima e inexistência de aspirações por relação ao futuro.

De acordo com os dados recolhidos do Diagnóstico Social do Município de Valongo – INE; existem vários indicadores sociodemográficos que confirmam que o concelho de Valongo apresenta uma tendência de envelhecimento populacional. O **índice de envelhecimento apresenta 77,8%, demonstrando que existem 77,8 idosos** (com idade superior a 65 anos) por cada 100 jovens com idade inferior a 15 anos. Contudo, relativamente à média nacional Valongo apresenta uma média inferior, esta situação verifica-se porque cada vez mais o concelho de Valongo é caracterizado como sendo dormitório. Um número significativo de pessoas residentes neste concelho exerce atividade numa cidade próxima de maior importância económica (por exemplo: Porto ou Vila Nova de Gaia).

O **índice de dependência de idosos**, que traduz a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, remete para **18,3%**, demonstrando que, por cada 100 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) existem 18,3 idosos. Este valor destaca-se em relação ao valor registado no Norte (21,5%) e a nível Nacional (25,2%).

Os valores referenciados remetem para o aumento da longevidade de vida da população. Contudo, esta tendência leva também ao aumento das doenças físicas, psíquicas e consequentes incapacidades. A prevenção das doenças crónicas e degenerativas, a assistência à saúde dos idosos dependentes e o suporte aos cuidadores familiares representam novos desafios para o sistema de proteção social e a própria família, que não se encontram totalmente capacitados para responder a estes problemas.

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

Ao analisar as diferentes instituições existentes no concelho de Valongo verifiquei que relativamente à valência de Lar, apenas uma instituição apresenta uma lista de espera de cerca de 500 idosos, na valência de Centro de Dia existem duas instituições com um total de 75 idosos em lista de espera (60 idosos ~~na instituição~~ numa instituição e 15 idosos numa outra) e por fim a valência de Centro de Apoio Domiciliário com uma lista de espera ^{que} perfazendo um total de 234 idosos. Assim, existem listas de espera das instituições num total de 809 idosos.

Com os totais apresentados é importante perceber até que ponto as instituições do concelho de Valongo satisfazem as necessidades dos seus idosos e até que ponto são suficientes para uma população que está em constante crescimento.

Assim, "se o que está em causa nestas questões não é tanto a capacidade dos Estados prestarem atualmente apoio aos idosos, mas de o poderem continuar a fazer no futuro, o envelhecimento continuado da população suscita outros problemas que ainda não foram suficientemente tematizados.

Apesar dos partidos políticos se dirigirem cada vez mais aos idosos, sobretudo em períodos eleitorais, fará sentido falar de qualquer coisa como o "voto idoso", ou seja, prioritariamente ordenado às necessidades e aspirações de uma determinada faixa etária? E, se assim for, será possível que ele influencie decisivamente a elaboração de propostas políticas e chegue mesmo a produzir modificações nos atuais sistemas político-partidários e na atuação da Câmara Municipal de Valongo? O aumento contínuo da população idosa fará com que esta, ao contrário do que acontece, atualmente, venha a adquirir voz e representação política junto da nossa autarquia? Ou fará, pelo contrário, com que uma faixa cada vez maior da população esteja não apenas retirada das atividades produtivas, mas afastada do campo da ação e da decisão políticas?"

Campo, 27 de junho de 2012
Grupo Municipal do Partido Socialista

Raquel Alves do Luth



PROTESTO E RECLAMAÇÃO

DESCARGA DE PRODUTOS TÓXICOS (QUE SE SUSPEITAM VINDOS DA ETAR DE CAMPO) NO RIO FERREIRA, EM AGOSTO DE 2010

A descarga foi notada na noite de 8 para 9 de Agosto de 2010 e provocou a morte de todos os peixes, a jusante e a partir do local de descarga das águas da ETAR de Campo.

Durante o mês de Agosto, contatei pessoal, telefonicamente e por email, a ARHNorte

Contatei telefonicamente e por email, o departamento da GNR, (SEPNA) que ainda nesse mês de Agosto, me respondeu dando-me a sua versão do acontecido, mas informando-me que competiria à ARHNorte, transmitir as principais conclusões.

Da ARHNorte, nem sinais de vida.

Em 28 de Setembro de 2010, levantei o problema na Assembleia Municipal que se realizou em Alfena.

Na Assembleia Municipal de 28/12/2010, voltei ao assunto e devido à falta de resposta, apresentei uma recomendação, apelando para que a mesa requeresse ela própria, essa informação dos acontecimentos, à ARHNorte

Na Assembleia Municipal de 22/3/2011/voltei a perguntar e a Mesa me respondeu, que da ARHNorte, não havia resposta nenhuma.

Daqui por um mês e pouco mais de dez dias, fará dois anos, e da ARHNorte, nem resposta nem recado.

Por este motivo e através da Mesa da Assembleia Municipal de Valongo, apresento o meu protesto e exijo e reclamo junto do Ministério do Ambiente, Organismo Governamental que tutela aquele setor: uma resposta às causas do sucedido, tendo em conta a versão da GNR, através do relatório do SEPNA e outras fontes que possam existir.

A enviar ao Primeiro Ministro, ao Ministério do Ambiente e à Administração Regional Hidrográfica do Norte

Valongo, 27 de JUNHO de 2012

O Eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal de Valongo

Adriano Ribeiro

MOÇÃO**SOBRE A DESRESPONSABILIZAÇÃO PELA STCP EM RELAÇÃO A LINHAS QUE SERVEM VALONGO**

Considerando que:

No passado dia 28 de Dezembro, a Assembleia Municipal de Valongo aprovou, por unanimidade, uma moção sobre a oferta de transportes públicos da qual citamos um excerto:

- *"Os transportes públicos são uma função social do Estado da maior importância para garantir o direito à mobilidade das populações, cada vez mais afectado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e pela colocação de portagens nas ex-SCUTs.*
- *Os impactos da eventual concretização das medidas acima referidas serão brutais para os utentes dos transportes públicos.*

A Assembleia Municipal de Valongo, tem a responsabilidade de acompanhar, no sentido da salvaguarda dos interesses dos munícipes de Valongo, as alterações que se forem verificando em matéria dos principais serviços públicos, a exemplo do que tem acontecido com outros municípios da nossa área.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 28 de Dezembro de 2011, delibera:

Promover em tempo útil uma reunião envolvendo as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, representantes do Ministério da Economia, da Autoridade Metropolitana de Transportes, das administrações da STCP, CP e Metro do Porto, com vista a uma avaliação das medidas perspectivadas para os transportes públicos."

E que deste então:

- Não foi dada sequência à deliberação supracitada;
- A STCP transferiu para exclusiva responsabilidade de empresas privadas as linhas 70 (Ermesinde – Porto) e 64 (Valongo – Alfena) e ainda que foram reduzidos os serviços da linha 94 (Campo – Porto), prejudicando a qualidade do serviço prestado e, no caso das linhas transferidas para a rede de operadores privados, sem que haja garantia da sua manutenção no futuro nos termos em que funcionam actualmente.



A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de Junho de 2012, decide:

- Renovar a decisão de promover uma reunião envolvendo as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, representantes do Ministério da Economia, da Autoridade Metropolitana de Transportes, das administrações da STCP, CP e Metro do Porto, com vista a uma avaliação das medidas concretizadas e perspectivadas para os transportes públicos;
- Manifestar à sua crítica perante a desresponsabilização da STCP pelas linhas 70 e 64 e a sua oposição a qualquer perspectiva proceder da mesma forma com a linha 94;
- Enviar cópia desta moção à administração da STCP, à Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, à Assembleia e Junta Metropolitana do Porto, ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Valongo, 27 de Junho de 2012

Pel'A CDU – Coligação Democrática Unitária,

(Adriano Ribeiro)

SAUDAÇÃO

Síndrome de Down: Seleção lusa campeã do mundo(21/Maio/2012)

A seleção portuguesa de atletismo para atletas com síndrome de Down sagrou-se, este domingo, campeã do mundo da modalidade. A competição decorreu durante três dias no Estádio João Paulo II, em Angra do Heroísmo nos Açores, e Portugal foi o grande vencedor, deixando para trás desportistas de 12 países.

"Era um sonho que acalentávamos. Vir aos Açores, organizar o segundo campeonato do mundo em nossa casa e, se possível, ter a cereja no topo do bolo e ela está aqui", afirmou o selecionador nacional, Costa Pereira, em declarações à Lusa.

A atleta Maria João Silva, natural do Pico, esteve em grande destaque ao conquistar três medalhas de ouro. As medalhas foram obtidas nas provas de 1.500 e 800 metros marcha e em estafeta e deram uma contribuição decisiva para o resultado final, ajudando a colocar Portugal no cimo da classificação.

«Ela é campeã da Europa e duplamente campeã do Mundo», salientou Costa Pereira, lembrando que a atleta açoriana do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, na sua ilha natal, detém os recordes em todas as distâncias.

Depois de todas as provas disputadas, Portugal somou um total de 334,5 pontos, contra os 196,5 da Venezuela, segunda classificada, e os 169 da África do Sul, que ficou em terceiro lugar no mundial.

A próxima edição do Campeonato do Mundo de Atletismo para atletas com síndrome de Down realiza-se dentro de dois anos, desta vez na África do Sul.

POR ESTE FEITO

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO, REUNIDA A 27/6/2012, DELIBERA

MANIFESTAR A SUA SATISFAÇÃO E TRANSMITIR A TODOS OS RESPONSÁVEIS POR ESTA IMPORTANTE FRENTE DE TRABALHO, AS SUAS MAIS CALOROSAS SAUDAÇÕES

A ENVIAR AOS RESPONSÁVEIS DA SELEÇÃO PORTUGUESA DE SÍNDROME DE DOWN

VALONGO, 27/6/2012

O ELEITO DA CDU

Síndrome de Down: Seleção lusa campeã do mundo(21/Maio/2012)



A seleção portuguesa de atletismo para atletas com síndrome de Down sagrou-se, este domingo, campeã do mundo da modalidade. A competição decorreu durante três dias no Estádio João Paulo II, em Angra do Heroísmo nos Açores, e Portugal foi o grande vencedor, deixando para trás desportistas de 12 países.

"Era um sonho que acalentávamos. Vir aos Açores, organizar o segundo campeonato do mundo em nossa casa e, se possível, ter a cereja no topo do bolo e ela está aqui", afirmou o selecionador nacional, Costa Pereira, em declarações à Lusa.

A atleta Maria João Silva, natural do Pico, esteve em grande destaque ao conquistar três medalhas de ouro. As medalhas foram obtidas nas provas de 1.500 e 800 metros marcha e em estafeta e deram uma contribuição decisiva para o resultado final, ajudando a colocar Portugal no cimo da classificação.

«Ela é campeã da Europa e duplamente campeã do Mundo», salientou Costa Pereira, lembrando que a atleta açoriana do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, na sua ilha natal, detém os recordes em todas as distâncias.

Depois de todas as provas disputadas, Portugal somou um total de 334,5 pontos, contra os 196,5 da Venezuela, segunda classificada, e os 169 da África do Sul, que ficou em terceiro lugar no mundial.

A próxima edição do Campeonato do Mundo de Atletismo para atletas com síndrome de Down realiza-se dentro de dois anos, desta vez na África do Sul.

POR ESTE FEITO

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO, REUNIDA A 27/6/2012, DELIBERA

MANIFESTAR A SUA SATISFAÇÃO E TRANSMITIR A TODOS OS RESPONSÁVEIS POR ESTA IMPORTANTE FRENTE DE TRABALHO, AS SUAS MAIS CALOROSAS SAUDAÇÕES

A ENVIAR AOS RESPONSÁVEIS DA SELEÇÃO PORTUGUESA DE SÍNDROME DE DOWN

VALONGO, 27/6/2012

O ELEITO DA CDU



Doc 6

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

RECOMENDAÇÃO

Taxas do IMI a vigorar em 2013

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) é uma das principais receitas dos municípios. Nos últimos anos o montante recebido em todo o país aumentou 59%, passando de 667 milhões de euros em 2003 para mais de mil milhões em 2008. Em 2011, o IMI arrecadado ultrapassou 1,2 mil milhões de euros.

O artigo 112º do Código do IMI, já com as alterações introduzidas pela Lei nº 64-B/2011 que aprovou o OE/2012, dispõe que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos seguintes intervalos: **0,5% a 0,8%** quanto a prédios urbanos e **0,3% a 0,5%** nos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, devendo tal deliberação ser comunicada **até 30 de Novembro** à Direção Geral dos Impostos.

A legislação em vigor já prevê que as taxas fixadas anualmente sejam elevadas ao **triplo**, nos casos de prédios urbanos que se encontrem **devolutos** há mais de um ano e de prédios **em ruínas**. Mas também possibilita a fixação de taxas de IMI **por freguesia**, podendo deliberar-se uma **redução até 20%** da taxa a aplicar aos prédios urbanos **arrendados**, tomando mais atrativa a residência em certas áreas dum concelho. Também mediante deliberação da assembleia municipal, pode ainda **majorar-se até 30%** a taxa aplicável a prédios urbanos considerados, nos termos da lei, como **degradados**.

Para responder à reconhecida degradação do edificado e à falta de habitação digna para muitas famílias, é importante utilizar todas as possibilidades abertas pelo artigo 112º do CIMI para incentivar o arrendamento e a reabilitação do edificado. Impõe-se que o Município de Valongo proceda à identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas, degradadas ou em ruínas, a penalizar fiscalmente. Para além da elevação da receita do IMI, trata-se de combater a injustiça fiscal entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prémios ao abandono, não respeitam a finalidade habitacional dos imóveis.

Está também a decorrer uma avaliação geral de mais de 5 milhões de prédios urbanos, que aponta para o significativo aumento do valor patrimonial tributário sobre o qual incide a taxa do IMI a fixar por este órgão autárquico. Numa conjuntura económica e social tão grave, em que se verifica o empobrecimento forçado da maior parte da população, deve ser equacionada pelo município o abaixamento das taxas de IMI.

Acresce que através da Portaria n.º 106/2012, de 18 de Abril e a pretexto desta avaliação geral dos prédios urbanos, os municípios ficam privados de 5% da receita de IMI no ano de 2012. Esta retenção tem sido combatida por inúmeros municípios, porque tal valor é arbitrário e não reflete os custos da reavaliação dos prédios urbanos em cada concelho.

Assim, tendo em conta que a deliberação sobre a taxa para cobrança em 2013 deve ser tomada até ao próximo dia 30 de Novembro, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de Junho de 2012, **DELIBERA:**

1 – MANIFESTAR a sua discordância com a Portaria nº106/2012, de 18 de Abril que retira aos municípios 5% da receita do IMI;

2 - RECOMENDAR ao Executivo municipal:

- A elaboração de estudo técnico sobre o impacto nas finanças municipais, entre outras variáveis,
- a) da fixação da taxa do IMI para 2013 pelos valores **máximos** (0,8% e 0,5%), **médios** (0,65% e 0,4%) e **mínimos** (0,5% e 0,3%),
- b) da **majoração em 30%** da taxa de IMI aplicável a **prédios urbanos degradados**;
- c) da **redução em 20%** da taxa do IMI a aplicar aos **prédios urbanos arrendados** situados nas áreas urbanas do concelho, concretamente, nas freguesias de Valongo, Ermesinde e Alfena.

O representante do Bloco de Esquerda



Coragem de Mudar

doc. 7

DECLARAÇÃO

É presente hoje à Assembleia Municipal, a **Proposta de Reconhecimento Oficial da Bugiada como Património Imaterial de Interesse Municipal** e, sobre a mesma, é-nos solicitada, as correspondentes considerações sobre este inegável valor identitário, multiseclar e profundamente enraizado nas gentes e tradições de S. João de Sobrado.

Embora a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, aprovada em Outubro de 2003 e que Portugal ratifica em Março de 2008, caracterize desde logo, o conceito de Património Cultural Imaterial, para nós, sensíveis e defensores da identidade cultural local, – material ou imaterial – é nas suas raízes e memórias que, geração a geração, vemos na soletícia representação ritual e festiva, expoente de um legado com passado e história, cenários de análise sociológica e riquíssima interpretação antropológica, etnográfica e iconográfica que os Sobradenses souberam e sabem perpetuar e consolidar na essência da sua comunidade local.

Peca contudo, esta manifestação cultural, também ela de cariz profano e religiosa, pela contínua, incompreensível e injustificável ausência de um verdadeiro *corpus documental científico*, fortemente visível na insuficiência de estudos efectuados, não obstante, nas últimas décadas várias Dissertações de Mestrado e Doutoramento, ao tema se terem dedicado. Certamente que o mesmo não se deverá à falta de recursos nem de saberes. Todo o Património – móvel ou imóvel, material ou imaterial – só o será quando atentamente estudado e compreendido.

Nesta medida, qualquer tentativa de uma possível candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, cairá por terra, se entretanto, tal falha não for colmatada.

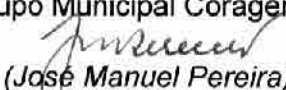
Aguarda-se pois que, a Câmara Municipal de Valongo e a Casa do Bugio, juntamente com o Instituto dos Museus e da Conservação, possam e devam executar as correspondentes e desejáveis políticas culturais locais no domínio do Património Cultural Imaterial, nomeadamente através da promoção dos respectivos estudos de matriz científica. Estas medidas, afinal causa e consequência da Proposta aqui presente, determinam os meios na preservação, salvaguarda, conservação, valorização e divulgação, bem como a contemporização na criação de metodologias, normas e demais instrumentos de inventariação dos bens imateriais, correspondendo igualmente às pretensões do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Associarmos a esta justa pretensão, já à muito reclamada, mais não é que um inquestionável acto de merecida justiça histórica e cultural, de louvor e homenagem a um evento e festa, a uma Freguesia e a uma população que, corrosiva ao tempo e às modas, fez prevalecer até aos dias de hoje, a riqueza que as caracteriza e o dote que possuem: a sua identidade cultural.

Entre Bugios e Mourisqueiros, Sobrado está de parabéns.

Valongo, 27 de Junho de 2012

P'lo Grupo Municipal Coragem de Mudar


(José Manuel Pereira)



Dac. 8

Grupo Municipal do PSD

Ex mo Sr Presidente da Mesa da Assembleia e seus restantes elementos

Sr Presidente da CMV

Srs Vereadores

Sr deputados e demais presentes

Boa noite,

Como presidente da Junta de Freguesia de Sobrado queria começar por agradecer a recente aprovação pelo executivo da Câmara Municipal da declaração das Bugiadas e Mouriscadas como património imaterial de interesse municipal.

Aproveito a oportunidade para louvar o trabalho que tem sido feito pela CMV e pela Direção da Associação da Casa do Bugio a nível da promoção da festa. Agradeço em especial o papel ativo que o Dr. João Paulo Baltazar tem tido e o apoio que nos tem dado.

Estamos também a preparar em conjunto o processo de candidatura da festa a património Imaterial da Humanidade pela Unesco.

Sem sombra de dúvida, a festa de S. João de Sobrado é uma manifestação de cultura popular tradicional única. É uma festa onde se respira história, tradição, animação e alegria.

Envolve cerca de 900 atores e milhares de espetadores.

É nosso dever divulgar e promover a beleza e riqueza do nosso património cultural.

A paixão e grandiosidade da festa tem passado de geração em geração.

Chegou agora a altura de partilharmos com orgulho esse património, darmos mais visibilidade à festa documentando-a quer a nível nacional como internacional, garantindo sempre as suas raízes.

Obrigado a todos.

Carlos Mota